

Aprovados benefício a estudante e mudança no recurso judicial

Entre as 13 propostas votadas pelos senadores, estão acordos internacionais, empréstimo externo e alteração no Estatuto da Terra

Dois projetos que beneficiam estudantes estão entre as 13 propostas aprovadas pelo Plenário do Senado. Um deles, de autoria do senador Sérgio Zambiasi, amplia os benefícios do Programa Universidade para Todos (ProUni). O outro, do senador Eduardo Siqueira Campos, prevê a prestação de serviço social como

forma de amortizar débitos com o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies). Ambos vão para a Câmara dos Deputados. Os senadores aprovaram três acordos internacionais, empréstimo externo e um projeto que acaba com a regra geral do efeito suspensivo nas apelações no âmbito da Justiça. **Página 3**



Renan preside sessão, entre o deputado Ciro Nogueira (E) e o ministro Fernando Haddad

Fundo da educação básica agora é lei

O Congresso Nacional promulgou ontem, em sessão solene presidida pelo senador Renan Calheiros, a emenda constitucional que cria o Fundeb. Considerado um dos projetos mais importantes aprovados neste ano, o fundo deve ampliar de 31

milhões para 48 milhões o número de atendidos pela educação básica no país. Também ontem, por iniciativa de José Jorge, o Senado comemorou os dez anos de vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). **Página 7**

Comissão tenta votar hoje relatório do Orçamento

O relatório final do senador Valdir Raupp ao Orçamento da União para 2007 começará a ser discutido hoje à tarde pela Comissão Mista de Orçamento. O presidente da comissão, deputado Gilmar Machado,

tentará votar a proposta na noite de hoje ou amanhã. Raupp admite que a votação final no Congresso possa ser feita na sexta-feira. Segundo o documento, a União terá receita líquida de R\$ 511 bilhões. **Página 4**



Quatro dos projetos de lei aprovados pelos senadores vão à sanção presidencial e dois seguem para a Câmara dos Deputados

Comissão examina limite a contribuição para sindicatos

A contribuição do trabalhador para financiar negociações coletivas pode limitar-se a 1% da remuneração bruta anual. O projeto está na pauta da Comissão de Assuntos Sociais. **Página 6**

Delcídio teme "apagão" na infra-estrutura

A falta de investimentos pode causar "apagão" na infra-estrutura do país, adverte Delcídio Amaral. Ex-ministro de Minas e Energia e ex-executivo de estatais, ele diz que a infra-estrutura é o grande desafio do governo. **Página 8**

Líderes discutem hoje reajuste de parlamentares

Os líderes partidários do Senado e da Câmara dos Deputados reúnem-se às 11h para definir a questão do teto salarial dos parlamentares. Ontem, o Supremo Tribunal Federal condicionou a validade do reajuste à aprovação de projeto com essa finalidade pelas duas Casas. **Página 5**



Valdir Raupp (E), ao lado de Gilmar Machado, espera decisão final na sexta-feira

Com apoio de vários senadores, Heráclito protesta contra o não-comparecimento de autoridades a audiência pública

Ausência de ministros leva CAE a cancelar debate sobre pneus

Devido à ausência dos ministros das áreas envolvidas e ao fato de a maioria dos convidados ter enviado representantes, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) cancelou a audiência pública que deveria realizar ontem para instruir projetos de lei do Senado que tratam de contrapartida ambiental pela colocação de pneus usados no mercado interno, da instituição da política nacional de resíduos sólidos e do gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde.

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) protestou contra o fato de praticamente só representantes estarem presentes, tendo sido apoiado por Romeu Tuma (PFL-SP), Osmar Dias (PDT-PR) e Jefferson Péres (PDT-AM). No início da reunião da CAE, antes de os senadores decidirem pelo cancelamento, o presidente da comissão, Luiz Otávio (PMDB-PA), informou que um dos convidados a participar da audiência pública, o representante do Ministério da Fazenda, Marcelo Barbosa Faintive – que não compareceu –, avisou que a pasta não é contra nem a favor dos projetos e que, na verdade, não se definiu sobre a matéria e pouco tem a ver com essa questão.

A manifestação de Faintive, comunicada aos senadores por Luiz Otávio, provocou o protes-

to de Heráclito e, em seguida, o cancelamento da reunião, quando foi anunciado o número reduzido de participantes. Entre os convidados estavam a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, o ministro da Saúde, José Azenor Álvares da Silva, e o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan.

Os demais convidados para a audiência pública eram Alan Jones, secretário em exercício do Meio Ambiente do Paraná; Eugênio Carlos Deliberato, presidente da Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos (Anip); Francisco Simeão Rodrigues Neto, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Pneus Remoldados (Abip); e Hersílio Coelho de Moura, presidente da Associação Brasileira do Segmento da Reforma de Pneus (ABR). Somente Alan Jones e Francisco Simeão Neto compareceram à audiência. Outros enviaram representantes ao colegiado.

Contribuinte

A pedido do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), que teve de viajar, a CAE adiou a votação do projeto que estabelece direitos e garantias do contribuinte. O PLS 646/99-Complementar, de autoria de Bornhausen, tem parecer favorável do relator, Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Lei Kandir

Às 10h, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza audiência com a finalidade de discutir a regulamentação da Lei Kandir, que desonera do ICMS as exportações de produtos industrializados. Entre os

convidados a participar do debate estão oito governadores de estado, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, e o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Júlio Almeida.

Coletes salva-vidas

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) reúne-se às 9h30 para examinar o projeto de lei que torna obrigatório o uso de coletes salva-vidas nos helicópteros que sobrevoam grandes extensões de água. Na pauta de quatro itens encontra-se proposta que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação à República do Paraguai no valor de até R\$ 20 milhões.



Mantega no Plenário

A sessão deliberativa tem início às 15h, com a presença do ministro da Fazenda, Guido Mantega, que fará uma exposição sobre as linhas gerais da política econômica do segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Isenção de contribuição

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se às 9h30 para votar a pauta de dez matérias, entre elas

o projeto de autoria do senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) que isenta do recolhimento das

contribuições para a Seguridade Social as empresas que adotarem turno extra de trabalho.

Código Florestal

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) deve analisar, em reunião que se inicia às 11h, o projeto de lei que institui o novo Código Florestal. A proposta permite que, nas propriedades rurais, a área de preservação permanente seja incluída no cálculo da reserva legal. Outras 28 proposições figuram na pauta do colegiado.



Relatório do Orçamento

A Comissão de Orçamento (CMO) aprecia, a partir das 18h, o relatório final apresentado pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO) à proposta orçamentária para 2007 (PL 15/06-CN).

Missa em Ação de Graças

O arcebispo de Brasília, dom João Braz de Aviz, celebra às 11h, no Salão Negro, Missa em Ação de Graças pelo encerramento dos trabalhos legislativos e confraternização de Natal.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papató Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza, Alberto Silva, Mão Santa e Tião Viana

Senado vota 13 propostas em uma única sessão

Dois projetos que beneficiam estudantes estão entre as 13 propostas aprovadas ontem pelo Plenário do Senado Federal. Um deles, de autoria do senador Sérgio Zambiasi, amplia os benefícios do Programa Universi-

dade para Todos (ProUni). O outro, do senador Eduardo Siqueira Campos, prevê a prestação de serviço social como forma de amortizar débitos com o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies). Ambos seguem para o

exame da Câmara dos Deputados. Os senadores aprovaram três acordos internacionais, empréstimo externo e um projeto que acaba com a regra geral do efeito suspensivo nas apelações feitas no âmbito da Justiça.



Renan Calheiros preside a sessão plenária em que foram aprovadas diversas matérias

ProUni para alunos beneficiados com bolsa parcial no ensino médio

O Plenário aprovou ontem, em regime de urgência, projeto de lei do Senado (PLS 260/05), de Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que altera a legislação (Lei 11.096) para estender o atendimento do Programa Universidade para Todos (ProUni) aos estudantes beneficiados com bolsa parcial no ensino médio privado. A matéria vai agora ao exame da Câmara dos Deputados.

O programa destina-se à criação de vagas para estudantes carentes, além de reservar vagas para portadores de necessidades especiais e contemplar a formação de professores da rede pública de ensino.

Segundo Zambiasi, em 2005

Projeto permite divisão de terras em áreas menores

O Senado acolheu ontem o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 31/04 que permite a divisão de imóveis rurais em áreas menores que a do módulo de propriedade rural – a área do módulo pode variar conforme a região. O autor da proposta é o deputado federal Osmar Serraglio (PMDB-PR). Já seu relator no Senado foi Osmar Dias (PDT-PR), o qual apresentou parecer favorável à matéria, que vai agora à sanção presidencial.

Na justificativa do projeto, Serraglio afirmava que seu objetivo era oferecer “uma segunda fonte de renda” aos trabalhadores rurais volantes – os “bóias-frias”.

ficaram ociosas 5 mil bolsas, ou 4% da oferta. Para o senador, num país carente de educação como o Brasil, o atendimento do ProUni a estudantes de nível médio habilitados na condição de bolsistas parciais é fundamental.

Pagamento do Fies

Ao se despedir do Senado após oito anos de mandato, Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) agradeceu a aprovação de projeto de sua autoria (PLS 05/04) que faculta aos beneficiários do Fundo de Financiamento aos Estudantes do Ensino Superior (Fies) amortizar, com trabalho social, a sua dívida. A matéria será encaminhada à Câmara dos Deputados.

Alteração acaba com efeito suspensivo da apelação judicial

O Plenário aprovou ontem o PLC 30/05, do deputado Colbert Martins, que altera o Código de Processo Civil para conferir efeito devolutivo à apelação. A proposta acaba com a regra geral que atribui efeito suspensivo à apelação, devendo esta ser recebida apenas no efeito devolutivo, salvo nos casos de dano irreparável ou de difícil reparação.

O projeto – que vai à sanção – deve aumentar a celeridade dos tribunais e valorizar as decisões de juízes de primeira instância, pois acabará com as vantagens oriundas da interposição de recursos meramente protelatórios.

Período do recesso é corrigido no Regimento Interno

O Plenário aprovou projeto de resolução (PRS 39/06) que altera o Regimento Interno para estabelecer que o Senado funcionará de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.

O presidente da comissão especial criada para adaptar o Regimento à emenda constitucional que alterou o período de recesso, Marco Maciel (PFL-PE), explicou que o PRS 39/06 não tem significado maior além de dar conformidade ao que já estabelece a Constituição federal.

Empréstimo de até US\$ 30 milhões a Pernambuco

Projeto de resolução (PRS 56/06) que autoriza Pernambuco a contratar operação de crédito, com garantia da União, junto ao Banco Mundial (Bird), no valor de até US\$ 30 milhões, para financiamento da segunda fase do Projeto de Combate à Pobreza Rural no estado (PCR II) foi aprovado no Senado e vai a promulgação.

Segundo o relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), a previsão é que o PCR II promova a melhoria da condição de vida de cerca de 80 mil famílias de 2007 a 2009. A primeira fase do projeto foi implementada em 2002.

Plenário acata aproveitamento de recursos hídricos

Também foi aprovado ontem em Plenário substitutivo do senador Romero Jucá (PMDB-RR) a projeto de decreto legislativo (PDL 434/06) autorizando o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, situados na cachoeira do Tamanduá, na região do rio Cotíngio (RR).

O autor do projeto é o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). A matéria será apreciada, agora, pela Câmara dos Deputados.

País adere a acordos internacionais e a protocolo contra tortura

Vai à promulgação o projeto de decreto legislativo que aprova o texto do Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (PDL 478/06). Como a matéria já havia passado pela Câmara, a aprovação pelo Senado permite ao presidente da República anunciar à ONU que o Brasil adere, do ponto de vista pleno, a esse pacto, adotado em Nova York em dezembro de 2002.

O Senado também aprovou o

PDL 500/06, que ratifica o texto do Acordo Quadro de Cooperação em Matéria de Defesa entre o Brasil e a Argentina, celebrado em Puerto Iguazú, Argentina, em 30 de novembro de 2005.

Foi aprovado e segue para promulgação ainda o PDL 501/06, que ratifica o texto da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Esse tratado havia sido celebrado na Conferência Geral da Unesco, realizada em Paris em outubro de 2005.

Alteração do auxílio-invalidez de militares segue para sanção

O Plenário do Senado aprovou projeto de lei da Câmara que altera o valor do auxílio-invalidez devido a militares das Forças Armadas que estão na inatividade remunerada. A matéria (PLC 113/06) segue, agora, à sanção do presidente da República.

O auxílio é devido ao militar que necessitar de internação especializada, assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatados por junta militar de saúde. Estende-

se ao militar que, por prescrição médica, também homologada pela junta, receber tratamento na própria residência, necessitando de assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.

Ao encaminhar a votação da matéria em Plenário, Marcelo Crivella (PRB-RJ) defendeu a revisão do valor do benefício, “fundamental para minorar o sofrimento dos militares inválidos que necessitam de hospitalização e cuidados de enfermagem”.

Aprovada criação de cargos no TRT do Rio Grande do Sul

O projeto que cria e transforma 1.721 cargos, efetivos e de confiança, no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 4ª Região – Rio Grande do Sul – foi aprovado ontem.

A proposta (PLC 106/06) foi encaminhada pelo presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), sob a alegação de que a medida se tornou necessária com o crescente número de ações ajuizadas no TRT. De acordo com a matéria, 20% dos cargos serão implementados a partir da entrada em vigor da lei; 40% a partir de 1º de janeiro de 2007; 60% a partir de 1º de janeiro de 2008; e 100% a partir de 1º de janeiro de 2009.

Projeto autoriza desapropriação de imóveis para o MPF

O Senado aprovou projeto de iniciativa do Poder Executivo que autoriza a desapropriação de dois imóveis do município do Rio de Janeiro em favor do Ministério Público Federal (MPF).

Trata-se de dois lotes já declarados de utilidade pública para a execução de atividades e serviços do MPF. A União, os estados, os municípios e o Distrito Federal podem desapropriar bens que sejam de utilidade pública.

O relator, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), apresentou parecer favorável à aprovação da proposta (PLC 120/06). A matéria segue agora à sanção presidencial.

Depois de aprovada pela CMO, matéria seguirá para deliberação do Congresso, que poderá apreciar a proposta amanhã ou na sexta-feira

Comissão tenta votar hoje parecer final do Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) começa a discutir na tarde de hoje o relatório final que o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) apresentou ao projeto de Orçamento federal para 2007. O presidente da comissão, deputado Gilmar Machado (PT-MG), tentará votar a proposta na noite de hoje ou amanhã.

Raupp acredita que não haverá obstrução de partidos políticos à votação, mas o trabalho será atrasado pelas votações marcadas para os plenários da Câmara e do Senado. Conforme os regimentos das duas Casas, não se pode fazer votação em comissões quando há deliberação nos plenários.

Às vésperas do recesso parlamentar, o Plenário da Câmara tem quatro medidas provisórias trancando a pauta. Alguns deputados prometem obstruir essas votações no Plenário caso não aceitem um acordo de líderes em torno do aumento dos salários dos congressistas – haverá reunião de líderes amanhã de manhã para tratar do assunto.

Depois de aprovado na CMO, o Orçamento seguirá para exame dos deputados e senadores reunidos na sessão plenária do Congresso que já está convocada para amanhã. O relator Valdir Raupp admite que a votação final do



Valdir Raupp aceitou 9.547 emendas propostas por deputados e senadores

projeto de Orçamento possa ser feita apenas na sexta-feira. Para ele, o importante é que haja votação ainda neste ano, evitando o que ocorreu com o Orçamento de 2006, que sofreu atraso de quase quatro meses.

Emendas

Os deputados e senadores tiveram aceitas 9.547 emendas ao projeto de Orçamento de 2007, conforme o relatório preparado por Valdir Raupp. O Congresso aumentou os gastos da União em R\$ 10,9 bilhões, a maior parte em investimentos. O dinheiro saiu de uma reestimativa de receitas.

De acordo com o documento, a União terá uma receita líquida de R\$ 511,5 bilhões, incluindo as do Instituto Nacional do Se-

guro Social (INSS), estimadas em R\$ 135,9 bilhões. O gasto total do INSS irá a R\$ 181,3 bilhões, significando que haverá um déficit de R\$ 45,4 bilhões, a ser coberto com recursos oriundos de impostos e contribuições.

A despesa com pessoal e encargos sociais atingirá R\$ 117,8 bilhões. Por lei, outros R\$ 102,7 bilhões serão repassados aos estados e municípios. Haverá uma reserva de R\$ 55,3 bilhões para pagamento de juros da dívida pública (superávit primário fiscal). Como esse valor será insuficiente para os juros (R\$ 126,8 bilhões), a União terá de tomar emprestado no mercado mais de R\$ 70 bilhões para fechar as contas do próximo ano.

O projeto de orçamento destina à saúde R\$ 49,6 bilhões e R\$ 27 bilhões à educação. Os investimentos diretos do Executivo estão previstos em R\$ 27 bilhões, enquanto a previsão inicial do governo, colocada em sua proposta orçamentária, era de R\$ 16 bilhões. As empresas estatais deverão investir um valor muito mais elevado – R\$ 49 bilhões. Ou seja, os investimentos puxados pela União e suas estatais chegarão, ao todo, a R\$ 76 bilhões.

Relator de importantes matérias, José Jorge se despede da Casa

José Jorge (PFL-PE) aproveitou a comemoração, ontem, dos dez anos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para se despedir da Casa, já que seu mandato expira nesta legislatura. Ele salientou sua atuação em defesa de Pernambuco e do Nordeste e ponderou que, de todas as áreas em que atuou no Senado, a que mais lhe deu prazer foi a educação. Agradeceu aos pernambucanos pelos 24 anos de mandatos parlamentares.

O senador fez uma retrospectiva de seus principais momentos no Parlamento, como a luta pela aprovação da própria LDB, da emenda que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e

da lei que criou o Plano Nacional da Educação (PNE).

José Jorge recordou sua atuação na presidência da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) em defesa das agências reguladoras. O senador lembrou-se de como administrou a crise do “apagão energético”, quando ministro de Minas e Energia, no segundo mandato de Fernando Henrique.

Mencionou ainda a relatoria da reforma do Judiciário, com destaque para a súmula vinculante, cuja regulamentação foi sancionada na tarde de ontem pelo presidente da República.

O parlamentar citou também a aprovação da minirreforma política, com a diminuição dos gastos das campanhas eleitorais,



José Jorge diz que luta pela educação foi a que lhe deu mais prazer no Senado

e sua participação como vice na chapa de Geraldo Alckmin à Presidência, além da atuação como presidente interino do PFL e líder da minoria.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ter ficado emocionado com a despedida de um senador dotado de “espírito público”. A atuação de José Jorge foi elogiada, em apertes, por 19 parlamentares.

Sérgio Cabral deixa o Senado para assumir governo do Rio

Sérgio Cabral Filho (PMDB-RJ) renunciou ontem ao seu mandato de senador. Ele foi eleito governador do estado do Rio de Janeiro e assumirá o Palácio da Guanabara em 1º de janeiro.

– Foi uma honra muito grande pertencer ao Senado. Foi um grande aprendizado. Fui recebido com enorme generosidade por políticos maduros, experientes, vitoriosos e que me acolheram com muito carinho, com atenção, tolerância, paciência, orientação – afirmou Cabral em seu pronunciamento de despedida.

O governador eleito lembrou sua trajetória política: três mandatos como deputado estadual (sendo quatro anos na presidência da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro) e quatro anos como senador. Ele agradeceu especialmente o apoio da bancada do PMDB e do presidente Renan Calheiros durante seu mandato.

Em apertes, 35 senadores despediram-se do colega, elogiaram a vitória eleitoral e destacaram as contribuições de Cabral à Casa. Logo depois, o primeiro suplente Regis Fichtner (PMDB) assumiu o mandato.

Renan destacou o “bom senso e ponderação” de Cabral. Marcelo Crivella (PRB-RJ) disse que o governador eleito é hoje o político mais importante do Rio de Janeiro. Roberto Saturnino (PT-RJ) elogiou a clareza dos pronunciamentos de Cabral.

José Sarney (PMDB-AP) afirmou não ter dúvidas de que o governo de Sérgio Cabral vai “restaurar o espírito do Rio de Janeiro e da cultura carioca”. Gerson Camata (PMDB-ES)



Pertencer ao Senado foi uma honra e um enorme aprendizado, assinala Cabral

destacou a luta do colega em prol da indústria e da cultura do Rio de Janeiro e sugeriu que ele pode vir a ser candidato à Presidência da República pelo PMDB.

Tasso Jereissati (PSDB-CE) frisou que o colega tem a grande responsabilidade de “resgatar a auto-estima dos habitantes do Rio de Janeiro”. Aloizio Mercadante (PT-SP) assinalou que o Rio “vive um momento novo, de esperança”, e prometeu apoio do governo federal ao governo carioca.

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou que o colega tem “qualidades excepcionais de homem público”, além de ser obstinado e independente. Patrícia Saboya (PSB-CE) ressaltou o “talento político, a inteligência e leveza” de Cabral, que se comprometeu com a luta contra a prostituição infantil no Rio de Janeiro, e Lúcia Vânia (PSDB-GO) lembrou as atividades dele em defesa dos aposentados, dos idosos, das crianças e dos adolescentes.

Dezenas de outros senadores apartearam o discurso para também se despedir de Cabral e destacar suas qualidades.

Regis Fichtner toma posse e anuncia que vai se licenciar do mandato

O primeiro suplente do ex-senador Sérgio Cabral, Regis Fichtner, do mesmo partido, tomou posse ontem. O novo senador, porém, já anunciou que se licenciará para assumir a chefia do Gabinete Civil do governador eleito e que, portanto, quem vai exercer o mandato de senador será o segundo suplente, Paulo Duque, atual presidente do diretório municipal do PMDB no Rio.

Em seu discurso de posse, Fichtner disse que jamais havia pensado em fazer carreira política, mas, há dez anos, conheceu Cabral, que o convidou para ocupar o cargo de procurador-geral da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.



Fichtner informa que assumirá em 2007 a chefia do Gabinete Civil de Cabral

Ele assinalou que se licenciará para ajudar o futuro governador a enfrentar o desafio de tornar moderno e eficiente o governo do Rio de Janeiro, prestar serviços de qualidade à população e reduzir as desigualdades sociais.

Plenários do Senado e da Câmara poderão decidir, até amanhã, qual será a remuneração dos congressistas a partir de fevereiro do ano que vem

Lideranças partidárias discutem hoje reajuste a parlamentares

Os líderes partidários do Senado e da Câmara adiaram para hoje, às 11h, a reunião destinada a discutir o encaminhamento da votação de um decreto legislativo sobre o teto salarial dos parlamentares. A deliberação em Plenário poderá ser feita até amanhã.

A reunião, inicialmente marcada para ontem, foi convocada porque o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) condicionou qualquer reajuste dos salários dos parlamentares à aprovação, pelos plenários do Senado e da Câmara, de decreto legislativo com essa finalidade específica. O entendimento, em caráter preliminar, impede reajustes que

venham a ser adotados por meio de ato exclusivo das mesas das duas casas legislativas, como foi a decisão pelo aumento de 90,7% nos subsídios dos parlamentares, anunciada semana passada, com apoio da maioria dos líderes.

Uma das propostas que devem ser discutidas pelos líderes é o projeto de decreto legislativo do deputado Walter Pinheiro (PT-BA) que restringe o aumento à correção monetária entre 2003 e 2006 e fixa o subsídio dos parlamentares em R\$ 16.450,97.

Duas decisões tomadas ontem pelo plenário do STF interferem no processo de reajuste dos parlamentares. A primeira foi adotada

no julgamento de ação direta de inconstitucionalidade protocolada pelo PPS. Os ministros concordaram que os reajustes dependem de decreto legislativo votado e aprovado nas duas casas.

Na segunda decisão, os ministros mantiveram a liminar deferida anteriormente pelo ministro Ricardo Lewandowski no mandado de segurança impetrado pelos deputados Carlos Sampaio (PSDB-SP), Fernando Gabeira (PV-RJ) e Raul Jungmann (PPS-PE) para que as mesas do Senado e da Câmara se abstenham de conceder qualquer aumento aos parlamentares sem a aprovação dos plenários das duas casas.

Senadores do PDT defendem fixação do salário em R\$ 16.500



Para Osmar Dias, reajuste deve apenas repor a inflação dos últimos quatro anos

Falando em nome do PDT e do senador Jefferson Péres (AM), Osmar Dias (PR) propôs que o reajuste dos parlamentares seja decidido por votação em Plenário, conforme

decisão do Supremo Tribunal Federal. Osmar sugeriu ainda que o aumento seja concedido somente pelo valor da inflação de 2003 a 2006, o que elevaria os subsídios para cerca de R\$ 16,5 mil.

O outro integrante da bancada do partido, senador Cristovam Buarque (DF), ratificou a posição de Osmar Dias, argumentando que a forma como foi estabelecido o reajuste “pode ferir a credibilidade da Casa”.

– O PDT quer atender o que decidiu o Supremo. Se é por decreto legislativo, levemos a proposta ao Plenário. O PDT defende reajuste para parlamentares pela inflação do período – enfatizou.

Heloísa parabeniza sociedade pela pressão contra os 91%

Heloísa Helena (PSOL-AL) parabenizou ontem a imprensa e o povo brasileiros pela pressão exercida contra o reajuste salarial de 91% dos parlamentares.

A senadora se disse impressionada com a mudança de comportamento ocorrida com muitos dos líderes que participaram da reunião na qual o aumento foi definido. Segundo Heloísa, após o encontro, devido à pressão da população e dos meios de comunicação, muitos deles mudaram radicalmente de postura.

Heloísa criticou ainda o ar-



Heloísa afirma que mobilização popular produziu resultados

gumento de que o “parlamentar precisa ganhar bem para não virar ladrão”.



Ideli: PT quer impedir que Congresso vote ajuste para salários elevados

Ideli diz que o PT vai propor teto único de R\$ 16.500

Em entrevista coletiva à imprensa, a líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), afirmou ontem que a bancada do partido vai encaminhar proposta de emenda à Constituição para estipular teto único para todos os poderes. A proposta seria de R\$ 16.500, o correspondente ao subsídio atual dos parlamentares somado à correção inflacionária acumulada nos últimos quatro anos (28%).

Atualmente, o teto do Judiciário é de R\$ 24,6 mil, enquanto a remuneração de deputados e senadores não pode ultrapassar R\$ 12,8 mil por mês.

Ideli Salvatti disse ainda que seu partido vai apresentar projeto para proibir o Congresso Nacional de voltar qualquer ajuste salarial para categorias do setor público que recebam acima de R\$ 16.500.



Tuma (E), ao lado de Luiz Otávio, na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos

Mulher ameaçou congressistas antes de atacar ACM Neto, diz Tuma

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) contou que, antes de Rita de Cássia Sampaio de Souza, de 45 anos, esfaquear o deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), em Salvador (BA), ela havia telefonado para vários gabinetes do Congresso avisando que iria matar alguém porque não estava conseguindo a liberação de seu Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Tuma relatou o fato ontem, durante reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), cujo assunto dominante foi o aumento concedido aos parlamentares, de 90,7%.

Segundo Tuma, a autora da agressão, que atingiu o parlamentar pelas costas, possui entre R\$ 1 mil e R\$ 2 mil retidos no FGTS e, ao saber do aumento concedido aos deputados e senadores – que elevaria os salários de R\$ 12.800 para R\$ 24.500 –, teria se revoltado e “cometido o desatino”.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) disse que a facada foi um ato simbólico que representa o povo esfaqueando o Congresso e não apenas uma mulher ferindo um deputado.

– Quem pagou o pato foi o deputado Antonio Carlos Magalhães Neto – assinalou Jefferson.

Tuma observou que, apesar de o ato da facada ser um desatino, Rita de Cássia “parece que não é tão louca assim”.

Osmar Dias (PDT-PR) foi o primeiro, durante a reunião, a protestar contra o aumento, dizendo que trabalhadores não obtiveram reajuste nessa proporção e que ele não queria passar por constrangimentos em casa e na rua. Acrescentou ainda que o reajuste acabou virando “motivo

de chacota” e afirmou que qualquer decisão deverá ser votada pelo Plenário.

– Não dá para viver tranquilo com uma pecha dessa em cima da sua cabeça – advertiu, ressaltando a posição contrária do PDT ao aumento dos parlamentares.

Tuma concordou com Osmar Dias, observando que a melhor pesquisa de opinião pública está “dentro de casa, cujas pessoas sentem a repercussão nas ruas”.

Constrangimento

Heráclito Fortes (PFL-PI) qualificou o assunto de constrangedor e disse que há uma dose de hipocrisia em alguns parlamentares, que combatem o reajuste, mas, no fundo, defendem a medida.

– Estamos passando um constrangimento desnecessário. Devemos tirar esse peso que caiu sobre nossas costas – frisou Heráclito.

O presidente da CAE, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), disse que, em nome da comissão, apresentou solidariedade ao deputado Antonio Carlos Magalhães Neto e a sua família pelo episódio ocorrido em Salvador.

Ainda durante a reunião, Tuma informou sobre a decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) que julgou ação direta de inconstitucionalidade (Adin) impetrada pelo PPS questionando o aumento. Por 6 votos a 4, o STF entendeu que o reajuste só poderá ser concedido com a aprovação de decreto legislativo específico, a ser votado no Plenário da Câmara e do Senado.

Mesmo com a decisão, o STF não acatou a Adin proposta pelo PPS, uma vez que essa se baseava no decreto, que, segundo o tribunal, não terá validade para a próxima legislatura.

Proposta em exame na Comissão de Assuntos Sociais visa colocar ponto final no conflito entre trabalhadores, patrões, Ministério do Trabalho e Ministério Público

Projeto de Paim limita valor da contribuição assistencial

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se hoje, a partir das 9h30, para analisar uma pauta de dez itens, entre os quais projeto de lei (PLS 248/06) de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) que acrescenta capítulo à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dispor sobre a chamada contribuição assistencial, que se destina basicamente ao financiamento de negociações coletivas de trabalho. O desconto, de acordo com a proposta, não poderá ultrapassar 1% da remuneração bruta anual do trabalhador.

No entender de Paulo Paim, o projeto, a ser votado pela CAS em decisão terminativa, atende a uma antiga reivindicação do conjunto do movimento sindical brasileiro, que pede a aprovação de norma legal para o desconto da contribuição que já existe



Paim lembra que iniciativa atende reivindicação do movimento sindical

na prática. Com isso, notou o senador, estaria se colocando um ponto final no permanente conflito entre trabalhadores, patrões, Ministério do Trabalho e Ministério Público, já que estes últimos têm, de forma recorrente, questionado a legalidade da cobrança do imposto.

Na mesma reunião, a CAS

deve votar, também em decisão terminativa, projeto (PLS 334/03) do senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) que isenta do recolhimento das contribuições para a Seguridade Social as empresas que adotarem turno extra de trabalho.

A proposição – que acrescenta artigo à Lei 8.212/91, que trata da organização da Seguridade Social no que se refere à contribuição das empresas – dá um prazo de três anos para que a experiência do novo turno de trabalho seja mais bem avaliada.

O relator, Marcelo Crivella (PRB-RJ), é favorável à aprovação do projeto que, se acolhido pela CAS, segue – a exemplo do projeto que regulamenta a cobrança da contribuição assistencial – para análise da Câmara, exceto se houver recurso para que seja apreciado pelo Plenário.



Ramón Almeida (E) presta depoimento, ao lado de Heráclito Fortes e Flexa Ribeiro

Inquérito sobre acidente aéreo está longe da conclusão, diz delegado

O delegado Ramón Almeida da Silva disse ontem, em audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que as investigações da Polícia Federal sobre o acidente envolvendo o Boeing da Gol e o jato Legacy da Embraer, que resultou na morte de 154 pessoas, “estão longe de ser concluídas”.

Almeida, que está à frente do inquérito na superintendência em Mato Grosso, afirmou que não poderia adiantar muitos detalhes sobre registros de voz dos dois aviões, porque a Aeronáutica pediu sigilo. Segundo o delegado, o inquérito deve concluir que as

“causas do acidente foram várias e consecutivas”.

– Já ficou evidente que o sistema anticolisão estava desligado na aeronave Legacy, mas ainda não sabemos por quê. Há indícios claros de que a aeronave voou 50 minutos com esse sistema desligado. Se estivesse ligado, dificilmente a colisão teria acontecido.

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) propôs que a reunião tivesse uma parte secreta, o que foi aceito pelo delegado. Esteve presente na audiência Eulália Machado de Carvalho, viúva de uma das vítimas, que apresentou questões a serem esclarecidas.

Audiência para debater regulamentação da Lei Kandir

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Luiz Otávio (PMDB-PA), confirmou que o colegiado fará hoje, a partir das 10h, audiência pública para discutir a regulamentação da chamada Lei Kandir.

Entre os convidados, informou a secretaria da CAE, estão os governadores eleitos dos estados de São Paulo, José Serra; de Minas Gerais, Aécio Neves; do Pará, senadora Ana Júlia Carepa; além dos atuais governadores do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto; do Pará, Simão Jatene; e do Espírito Santo, Paulo Hartung.

Pela Lei Kandir, as exportações

de produtos primários e semi-elaborados são isentas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Em troca, o governo federal garante compensação financeira aos estados pela isenção do ICMS.

Até 2003, a Lei Kandir garantiu os valores a serem repassados aos estados a título de compensação pela isenção do ICMS. De 2004 em diante, a Lei Complementar 115, que alterou a Lei Kandir, manteve o direito do repasse, mas não fixou os valores. Dessa forma, a cada ano esse valor precisa ser negociado entre governadores

dos chamados estados exportadores e o Poder Executivo.

A previsão é que o Orçamento de 2007 reserve R\$ 5,2 bilhões para fazer a compensação das exportações – o mesmo valor deste ano.

A Lei Kandir é assim denominada em homenagem ao principal idealizador da Lei Complementar 87/96, Antônio Kandir, ministro do Planejamento e Orçamento de 1996 a 1998, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

O requerimento para a realização da audiência pública é do senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA). Seu estado é um dos mais afetados pela Lei Kandir.

Senadores recebem prêmio do site Congresso em Foco

Alvaro Dias (PSDB-PR), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Jefferson Péres (PDT-AM) receberam ontem o prêmio de senadores mais atuantes da atual legislatura, concedido pelo site *Congresso em Foco*. O Primeiro Prêmio *Congresso em Foco* foi concedido aos 40 parlamentares mais atuantes – 15 senadores e 25 deputados – pré-selecionados por jornalistas e escolhidos por 5.377.111 internautas.

O vencedor entre os senadores, Alvaro Dias, recebeu 624.381

votos. Alvaro prestou sua homenagem ao jornalismo brasileiro, que, segundo ele, “mostrou competência diante da tragédia ética”. O parlamentar cumprimentou o *Congresso em Foco* pela iniciativa.

Eduardo Suplicy, por sua vez, observou que a premiação guarda muita relação com a vontade expressa pelos eleitores.

Jefferson Péres acrescentou que o público que fez a seleção é bastante crítico e representa um segmento social expressivo.



Pedro Simon ressalta que ex-presidente deixou o país para evitar guerra civil

Simon lembra os 30 anos da morte de João Goulart

Pedro Simon (PMDB-RS) lembrou os 30 anos da morte do presidente João Goulart, ocorrida no dia 6 de dezembro de 1976, na Argentina. O senador salientou que Jango, como era conhecido, foi o único presidente do Brasil que morreu no exílio.

Simon destacou a realização do seminário “João Goulart: 30 Anos de Silêncio”, de 6 a 8 de dezem-

bro, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

O senador recordou que João Goulart assumiu a Presidência da República com a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, e foi afastado do cargo em 1964, quando o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, decretou vaga a Presidência da República, sob a alegação que

o presidente encontrava-se em lugar incerto e não sabido. Simon disse que Auro abriu a sessão do Congresso Nacional com o objetivo de comunicar a vacância do cargo de presidente e, em seguida, a encerrou, sob protestos de Tancredo Neves e de outros parlamentares. João Goulart, frisou Simon, estava em Porto Alegre, buscando encontrar solução para

as tentativas de golpe.

– Não houve decisão nem votação; o presidente do Senado simplesmente decretou vaga a Presidência e encerrou a sessão do Congresso Nacional – afirmou Simon.

Simon disse que a decisão de Jango de não resistir ao golpe teve o objetivo de evitar uma guerra civil no país.

fotos: Geraldo Magela



Renan Calheiros (C), entre Ciro Nogueira e Fernando Haddad (D), preside sessão

Congresso promulga Fundeb, que estende educação a 48 milhões

Em sessão solene do Congresso Nacional na tarde de ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros, declarou promulgada a Emenda Constitucional 53/06, que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Com a presença do ministro da Educação, Fernando Haddad, a emenda foi promulgada pelas mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Considerada pelos parlamentares e por diversos setores da sociedade como uma das matérias mais importantes aprovadas pelo Congresso no ano de 2006, o fundo deve ampliar de 31 milhões para 48 milhões o número de pessoas atendidas pela educação básica no país.

O Fundeb irá substituir o atual Fundef, em vigor desde 1998. A principal diferença entre eles é que, enquanto o Fundef se destina

apenas ao ensino fundamental, o Fundeb estenderá seus recursos a todo o ensino básico, que inclui a educação infantil e o ensino médio.

Será criado no âmbito de cada estado e do Distrito Federal, com vigência para os próximos 14 anos, fundo contábil composto por 20% das receitas do Imposto sobre Transmissão de Bens e Direitos Causa Mortis (ITCD), do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), dos fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM), do Imposto sobre Produtos Industrializados destinados à exportação (IPI-Exp), da transferência da União aos estados e municípios, resultante da compensação pela desoneração de ICMS (Lei Kandir) e do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

Efraim propõe medidas para estimular doação de sangue

Projeto de lei de Efraim Morais (PFL-PB) estimula a doação voluntária e gratuita de sangue. Para o senador, a proposta condensa medidas que, se bem articuladas, poderão reverter o atual quadro de insuficiência de sangue e hemoderivados no país, que Efraim classifica como caótico.

A proposição (PLS 312/06) – que já se encontra em análise na Comissão de Educação (CE) pelo relator, senador Gerson Camata (PMDB-ES) – estabelece que o preso condenado a regime fechado ou semi-aberto que doar sangue terá direito à redução da pena, a ser declarada pelo juiz da execução, após ouvido o Ministério Público. Também serão beneficiadas as empresas que tiverem doadores voluntários de sangue no seu quadro de pessoal. Conforme o projeto, nas licitações públicas, no



Efraim: iniciativas poderão reverter o caótico quadro de insuficiência de sangue

caso de empate, vencerá a empresa que comprovar que pelo menos 10% de seus empregados foram doadores nos últimos cinco anos.

A matéria estimula ainda as escolas públicas e privadas, além das universidades, a disseminarem informações referentes à doação voluntária de sangue.

Senado lembra dez anos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação

O Senado comemorou ontem os dez anos de vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96). A homenagem, de iniciativa do senador José Jorge, marcou a primeira década do dispositivo legal que define e regulamenta os sistemas de educação básica e educação superior no país.

Durante a homenagem, discursaram os

senadores Alvaro Dias, Mão Santa e José Jorge.

A atual LDB foi sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso em 20 de dezembro de 1996. Baseada no princípio do direito universal à educação, a lei trouxe a inclusão da educação infantil (creches e pré-escolas) como primeira etapa da educação básica.

Alvaro Dias



Destaque a avanços no setor e cobrança por mais verbas

Alvaro Dias (PSDB-PR) abriu a sessão do Senado em homenagem aos dez anos de promulgação da Lei 9.394/96, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Ao mesmo tempo em que destacou avanços no sistema educacional com a vigência da lei, o senador cobrou a ampliação dos investimentos federais no setor, correspondentes, hoje, a 4,5% do Orçamento da União. Na avaliação do representante do Paraná, o percentual é medíocre, necessitando, portanto, ser reavaliado.

– O Senado não poderia deixar essa data passar em branco. A lei que define e regulariza o sistema de educação do país é oportuna e justa – avaliou.

Alvaro Dias aproveitou para reverenciar a memória do antropólogo, educador e político Darcy Ribeiro – relator da matéria no Senado –, “um homem que dedicou sua vida à educação”. Entre os avanços listados com o advento da lei, o parlamentar salientou a gestão democrática, a autonomia pedagógica e administrativa, o ensino fundamental obrigatório e gratuito e a carga horária mínima de 800 horas/aula, distribuídas por 200 dias, na educação básica.

Mão Santa



Apesar da LDB, ainda há muito a conquistar

Ao comentar, ontem, os dez anos de vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Mão Santa (PMDB-PI) destacou a importância dessa lei, mas afirmou que o país está muito atrasado na área.

– Temos alguma coisa a comemorar, mas temos muito mais a conquistar – declarou.

O senador disse que a LDB foi criada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e que, sob a gestão desse presidente, foi estabelecido o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

– Mas temos de avançar muito mais – reiterou.

Evasão

Mão Santa citou, como exemplo das dificuldades enfrentadas na área da educação, uma pesquisa segundo a qual apenas um terço dos estudantes que começaram a frequentar o ensino fundamental em 1997 conseguiram completar os oito anos de estudos previstos.

O parlamentar lembrou ainda a importância de Darcy Ribeiro, que, durante seu mandato no Senado, foi relator da matéria que deu origem à LDB.

José Jorge



Expectativas da sociedade foram atendidas

José Jorge (PFL-PE), que foi relator na Câmara dos Deputados da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96), descreveu a difícil tramitação do projeto naquela Casa, onde foi apresentado pelo então deputado Octávio Elísio. O senador informou que a proposta tramitou na Câmara por oito anos, até ser aprovado substitutivo da deputada Ângela Amin, primeira relatora da matéria.

Em seguida, o projeto foi encaminhado ao Senado, sendo relatado, conforme observou, pelo então senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ), que lhe deu nova forma. Por fim, voltou à Câmara, onde foi relatado por José Jorge, a quem coube a tarefa de sistematizar os dois projetos.

– Havia reivindicações corporativas e precisávamos buscar consenso – explicou.

José Jorge disse que, ao longo dos dez anos de vigência da lei, foram feitas apenas modificações pontuais, o que indica que ela representa os anseios da população sobre a educação nacional. Ele homenageou ainda o ex-senador e educador Darcy Ribeiro e o então presidente da Câmara Luiz Eduardo Magalhães, que, segundo o senador, garantiu a votação da proposta no final do ano de 1996.

Para senador, incertezas jurídicas e indefinições em relação às agências reguladoras afastam recursos dos investimentos que precisam ser feitos no país

Delcidio alerta para risco de “apagão” na infra-estrutura

Em entrevista à Agência Senado, o senador Delcidio Amaral (PT-MS) adverte que, por falta de investimentos, o país está correndo o risco de promover um “apagão” na infra-estrutura.

Só para o setor de energia seriam necessários investimentos de R\$ 40 bilhões a 50 bilhões para que a economia cresça a índices de 5% ao ano – meta estipulada pelo presidente da República.

Há, efetivamente, riscos de um novo “apagão”?

Acho que o grande desafio do presidente Lula neste segundo mandato é a infra-estrutura. Nós esperávamos que isso acontecesse em 2005. Infelizmente, não aconteceu em função desses problemas todos de caráter político que enfrentamos. Por falta de investimentos, estamos correndo o risco de promover um “apagão” na infra-estrutura do país, como um todo. E a infra-estrutura implica o preço do produto final daquilo que a gente fabrica e daquilo que a gente planta e colhe aqui no Brasil. A cada dia, isso tem sido impactado por custos crescentes, principalmente de transporte. Sem falar na questão energética. Hoje ela já começa a sinalizar dificuldades, que podem vir a se concretizar a partir de 2008 e 2009.

A crise na aviação comercial já seria uma consequência dessas dificuldades na infra-estrutura do país, ou ela tem características específicas?

Evidentemente, se nós já tivemos um “apagão” associado à falta de energia elétrica, no Brasil, em 2001, de certa maneira, também essa questão da aviação não fica longe dos desafios que temos pela frente, apesar de ser uma questão muito mais complexa, porque envolve gestão de recursos e é um setor que está em transição, principalmente em função da extinção do Departamento de Aviação Civil (DAC) e da assunção da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Onde estão as principais dificuldades para que essas metas sejam atingidas?

Se você não tem o marco regulatório bem definido e sólido para atrair investimentos, nenhum investidor vai colocar recursos [no país], porque, se ocorre-

rem dúvidas jurídicas no segmento em que ele vai atuar, ele naturalmente não vai investir. E hoje nós temos falhas na regulamentação, falhas na regulação de vários setores. Temos um projeto do governo que está tramitando na Câmara, que muda as atribuições das agências reguladoras, que, em tese, deveriam ser os fiscalizadores, os regulamentadores, aqueles que iriam zelar pelo arcabouço legal. Então, precisamos fazer um esforço muito grande para garantir os 5% de crescimento.

Quanto isso representa em termos de investimentos?

A previsão é de R\$ 40 bilhões a R\$ 50 bilhões só para o setor de energia.

De quanto o governo dispõe?

O Estado não tem como viabilizar esses recursos. Eles só vão ser complementados intensamente pelos investidores privados. Nós não temos utilizado, por exemplo, nas rodovias, a lei de concessão que está aí, disponível, e as parcerias público-privadas, as PPPs, que viabilizariam esses recursos. Até agora não foi definido o fundo garantidor que seria adotado. Um exemplo: o Brasil é carente de investimentos em saneamento básico. Para cada real que você investe em saneamento básico, você economiza quatro em saúde.

Isso quer dizer que a legislação não está sendo cumprida?

Nós tivemos uma mudança do modelo para o setor elétrico. Eu, inclusive, fui o relator, no Senado, do projeto. É um modelo muito calcado numa regulamentação via decreto. Nós precisamos aprimorar nossa legislação. Nós precisamos retirar aqueles buracos negros que trazem dúvidas

“Nós não temos esses recursos”, observa o senador. E acrescenta: se o país mantiver o mesmo ritmo de investimentos em infra-estrutura dos últimos quatro anos, o novo “apagão” energético poderá ocorrer já entre 2008 e 2009.

Delcidio se tornou mais conhecido como presidente da CPI dos Correios, cujos trabalhos agitaram o Congresso em meio à crise política de 2005. Esse engenheiro com especializações

nas áreas de energia elétrica, petróleo, gás, mineração e metalurgia foi ministro de Minas e Energia no governo Itamar Franco.

Antes de assumir seu mandato de senador, foi diretor da Petrobras, da Eletronorte e da Eletrosul, e presidente do Conselho de Administração da Companhia Vale do Rio Doce, então estatal. Na área privada, foi diretor da Shell, quando fez estágio de três anos na Holanda.



Delcidio: faltam marcos regulatórios bem definidos no Brasil

jurídicas para aqueles que querem investir. Nunca o mundo teve tamanho crescimento como agora. Mas, como existem essas dificuldades no Brasil, esse dinheiro está indo para os países asiáticos, para a Índia, para a China, e nós, perdendo o trem da história, novamente. Temos que usar a legislação que está aí disponível na sua plenitude, sem fazer política de infra-estrutura ideológica. Precisamos fazer política de infra-estrutura pragmática, que vai, mais do que nunca, viabilizar o futuro da nossa gente.

O compromisso com o superávit primário é visto como outro entrave?

Esse é um problema sério! Segundo dados do Ipea [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ligado ao Ministério do Planejamento], para crescer 5%, precisaríamos investir 26% do PIB [produto interno bruto], que está por volta de R\$ 2 trilhões. Hoje, nós chegamos, mal e parcamente, a 2%. A necessidade de trazer investimentos, não só de empresas nacionais, mas investimentos estrangeiros, é fundamental!

Como viabilizar essa planificação quando se sabe que o mercado, protagonista da cena econômica, exige um Estado cada vez menor e uma desregulamentação dos principais

setores econômicos?

A planificação à qual me refiro independe de se o Estado participa mais ativamente ou não no processo produtivo, porque a planificação é o desenho do futuro. O país quer ser de ponta em tecnologia? Quer ser de ponta no agronegócio ou na agroenergia? O país vai priorizar energias alternativas? Vai priorizar energia nuclear? Vai priorizar o gás natural? Hoje não se tem um plano absolutamente definido daquilo que se quer!

Até que ponto procedem as críticas de alguns setores que identificam na política adotada pelo Ibama um gargalo para a implementação de projetos, inclusive no setor energético?

Existem os entraves ambientais que têm atrasado a entrada em operação de muitas obras importantes. Eu acredito que o governo federal, hoje, está analisando com muito rigor aqueles projetos que são prioritários para o país, que dão um retorno mais rápido para um crescimento elevado. Qual é nossa posição com relação aos transgênicos? Nós, que temos um agronegócio eficiente, estamos perdendo espaço no mercado internacional. Eu não tenho dúvida de que engenharia genética não é uma coisa simples. Existe preocupação com a saúde das pessoas, com o meio ambiente. Mas existem espécies que já estão sendo utilizadas, largamente, sem nenhum impacto prejudicial.

Estima-se que, além da Angra 3, o Brasil deverá ter mais quatro usinas nucleares em seu parque energético entre 2015 e 2030, cada uma com capacidade para gerar mil megawatts (MW). Essa opção já seria o início de um esforço para dotar o país de capacidade energética

compatível com as expectativas de crescimento da economia?

As usinas nucleares já foram motivo de longa discussão. Do meu ponto de vista, nós perdemos tempo questionando-as, porque Angra 2 está operando e é um modelo de operação de usinas nucleares no mundo.

Qual a participação da biomassa no conjunto do parque energético brasileiro?

O governo tem um programa de compra da geração de energia, principalmente focada na biomassa. Existem garantias por parte da Eletrobrás de comprar essa energia, apesar de a participação da biomassa, no cômputo geral, ainda ser muito pequena. Não passa de um dígito. Mas a biomassa tem papel muito importante, principalmente focado nas usinas que vão produzir álcool.

E as energias alternativas?

A energia eólica e a célula solar, por exemplo, são energias caras, porque não têm escala suficiente, apesar de alguns países no mundo investirem, sensivelmente, em energia eólica. São energias que vão ser barateadas, inegavelmente. As perspectivas que nós temos nesse campo, com o perfil do Brasil, são muito boas. Sem falar no biodiesel, que está muito alinhado com o que estabelece o Protocolo de Kyoto. Portanto, o Brasil tem um “avenidão” principalmente nessa área de agroenergia.

A questão do gás da Bolívia já está equacionada?

A Petrobras conseguiu negociar. A taxa interna de retorno diminuiu, pelo que eu entendi com as conversas com os diretores da empresa, mas é uma taxa interna de retorno atrativa, também – por volta de 15%, que é razoável para os padrões internacionais. O gás, na tendência em que vai, deve chegar a 11%, 12%, até 2010.